



# RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO 2010-2012 TRIENAL 2013

## IDENTIFICAÇÃO

**ÁREA DE AVALIAÇÃO: SAUDE COLETIVA**

**COORDENADOR DE ÁREA: RITA BARRADAS BARATA**

**COORDENADOR-ADJUNTO DE ÁREA: JORGE BERSTEIN IRIART**

**COORDENADOR-ADJUNTO DE MP: EDUARDA CESSE**

## I. AVALIAÇÃO 2013 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

As atividades da avaliação trienal foram organizadas em três etapas. Na primeira etapa foram extraídos os dados constantes nos cadernos e planilhas especiais elaborados pela área técnica da DAV e constituído o banco de dados para o cálculo dos indicadores. Nesta primeira etapa foram utilizados como fonte de informações os arquivos constituídos pelos cadernos de indicadores e planilhas especiais; dados do SDI referentes ao número de orientadores com mais de 8 alunos na somatória dos cursos em que participam; e dados do currículo Lattes apenas para dirimir dúvidas de preenchimento relativos a titulação e bolsas de produtividade concedidas pelo órgão. A comissão considerando a existência de outras bolsas assemelhadas optou por levantar a informação apenas das bolsas concedidas pelo CNPq, pois para estas os critérios são conhecidos e semelhantes para todos os pesquisadores. Outra decisão foi utilizar essa informação de modo qualitativo sem estabelecer faixas ou limiares quantitativos visto que há uma enorme demanda reprimida para as bolsas na área da Saúde.

Todos os indicadores quantitativos que subsidiaram a avaliação foram calculados de forma padronizada de modo a garantir a comparabilidade entre os programas.

Na segunda etapa as subcomissões de avaliação dos programas acadêmicos e profissionais reuniram-se para estabelecer parâmetros comuns de avaliação para todos os itens da Ficha de Avaliação, definindo os critérios qualitativos e quantitativos.

A terceira etapa consistiu na reunião da comissão em Brasília durante a semana de 30 de setembro a 04 de outubro conforme fixado no calendário da avaliação trienal. Nessa semana todas as fichas de avaliação previamente preenchidas pelos membros da comissão foram relatadas e a deliberação sobre a nota tomada por consenso. Findo os relatos organizados pelas notas anteriores dos programas, procedeu-se à verificação das mudanças de nota e da homogeneidade de critérios para cursos com mesmas notas. Nesta etapa identificando-se critérios discrepantes procedeu-se à revisão da nota previamente atribuída ou à justificativa para as excepcionalidades. Uma vez fixadas as novas notas a subcomissão dos programas acadêmicos identificou dentre os programas nota 5 aqueles que poderiam ser avaliados para as notas 6 e 7. Foi designada, para cada candidato, uma dupla de consultores, a fim

de elaborar os argumentos que permitiriam a indicação da nota 6 ou 7 ou a manutenção da nota 5. A deliberação final mais uma vez foi obtida por consenso.

A área baseou a indicação dos programas 6 e 7 fundamentalmente na liderança e internacionalização dos programas conforme explicitado no documento de área.

Finda a etapa de atribuição das notas e de preenchimento do aplicativo específico, as fichas foram revisadas por membros da comissão especialmente designados como revisores a fim de identificar erros gramaticais ou de digitação e formulações pouco claras ou com dubiedades que possam dificultar a clara compreensão pelos destinatários. Revistos os erros eventuais, as fichas foram impressas e assinadas pelos avaliadores.

Componentes da Comissão de Avaliação:

Além da coordenadora de área e dos coordenadores adjuntos compuseram a comissão os seguintes professores: Bernardo Lessa Horta (UFPEL), Claudia Leite Moraes (UNESA/UERJ), Claudia Medina Coeli(UFRJ), Claudia Roberta Moreno (USP/FSP), Denise Martin Coviello (UNISANTOS/UNIFESP), Ethel Leonor Noia Maciel (UFES), Guilherme Loureiro Werneck (UERJ/UFRJ), Leny Alves Bomfim Trad (ISC/UFBA), Luciana Dias de Lima (ENSP), Manoel Carlos Sampaio de Almeida Ribeiro (FCMSCSP), Maria do Carmo Leal (FIOCRUZ), Maria Ines Schmidt (UFRGS), Mariangela Leal Cherchiglia (UFMG), Moisés Goldbaum (USP/FM), Sergio Fernando Torres de Freitas (UFSC), Silvana Granado Nogueira (ENSP), Sotero Serrate Mengue (UFRGS), Suely Ferreira Deslandes (Fiocruz), Wolney Conde (USP/FSP).

Considerações dos avaliadores sobre o processo de avaliação:

1. A comissão considera que o atual modelo de avaliação está esgotado tendo completado um ciclo muito positivo para o desenvolvimento do SNPG e da própria ciência brasileira. É necessário, portanto, um novo esforço de formulação que contemple as mudanças e facilite o processo de acompanhamento dos cursos.
2. Dado o tamanho do SNPG é imprescindível que os procedimentos da avaliação sejam revistos tornando as etapas iniciais de apropriação de dados e cálculo de indicadores mais fáceis de executar e mais precisos visto que a extração de dados de arquivos pdf para a constituição de um banco de dados comporta muitas possibilidades de erro de difícil identificação.
3. Outra mudança operacional poderia ser implementada, diversificando o período de avaliação segundo as notas dos programas. Programas já consolidados, com notas 5, 6 ou 7 poderiam ser avaliados para mudança de nota em intervalos mais longos e aqueles com menor grau de consolidação poderiam ser avaliados mais frequentemente.
4. A avaliação deveria ser redirecionada com maior ênfase na formação de mestres e doutores e na qualidade dessa formação.
5. É imprescindível avançar em propostas factíveis de melhor avaliação e qualificação das produções técnicas e didáticas principalmente para os mestrados profissionais.
6. O processo de separação na avaliação dos programas profissionais e acadêmicos deve ser aprofundado buscando atender às especificidades das distintas modalidades. A avaliação simultânea traz dificuldades para a coordenação de área.
7. Os dados necessários para a avaliação devem estar disponíveis com maior antecedência para que o trabalho prévio seja executado com maior cuidado facilitando assim a etapa final do

processo.

8. A avaliação deve ser predominantemente realizada em bases qualitativas ainda que indicadores quantitativos possam ser utilizados como balizadores para as decisões da comissão. Os cursos devem ser analisados em sua integridade e não como a resultante de um conjunto fragmentado de aspectos.

## II. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A “FICHA DE AVALIAÇÃO”

Neste triênio houve duas mudanças mais significativas em relação à Ficha de Avaliação. A primeira foi a revisão e reformulação da Ficha para avaliação dos mestrados profissionais desenvolvida e aprovada pelo CTC. Procurou-se manter os mesmos quesitos utilizados para a avaliação dos programas acadêmicos alterando apenas os itens em cada quesito. Em relação à Ficha utilizada no triênio passado, as principais preocupações foram substituir aqueles itens para os quais não haviam dados no Coleta e desvincular a avaliação do programa da avaliação de impactos decorrentes da qualificação profissional e ou da incorporação dos resultados dos trabalhos de conclusão, difíceis de medição e fora da governabilidade dos próprios programas, que estavam presentes no modelo anterior. Esta mudança operada para o conjunto das áreas de conhecimento facilitou a realização da avaliação dos programas profissionais.

A segunda mudança ocorreu no âmbito da própria área e refere-se à alteração dos pesos dos quesitos de forma a dar maior equilíbrio ao peso dos quesitos Corpo Docente e Produção Intelectual do programa, considerados os quesitos centrais na avaliação. Tanto para os programas acadêmicos quanto para os profissionais o peso foi idêntico e portanto a nota final reflete a conceituação do programa na formação e na produção. Esta decisão foi tomada diante da grande transformação ocorrida na área nos últimos 7 a 8 anos com aumento expressivo da quantidade e qualidade da produção científica, maior inserção internacional de pesquisadores e aumento do fomento à pesquisa. Assim, a comissão de avaliadores e os coordenadores de área consideram desejável utilizar neste triênio pesos idênticos nestes quesitos apontando para uma inversão, já para o próximo triênio, que dê maior peso ao Corpo Docente, tanto em termos do volume de titulações quanto em termos da qualidade dos trabalhos de conclusão.

Seguindo as orientações contidas no regulamento da avaliação a comissão, em todos os casos de programas com menos de 3 anos de funcionamento optou por analisar os dados disponíveis, ajustando os critérios de avaliação para o tempo real de funcionamento dos cursos, apontando as fragilidades ou pontos positivos, mas mantendo a nota obtida no momento do credenciamento. Mesmo quando a tendência apontada indicasse aumento ou redução, foram mantidas as notas inicialmente atribuídas ao programa quando de sua recomendação. Assim 12 dos cursos profissionais e 2 dos acadêmicos tiveram mantidas suas notas anteriores independentemente da tendência observada até o momento.

As atribuições de notas também seguiram as orientações do regulamento, optando-se excepcionalmente pela atribuição de notas mais altas ou mais baixas aos cursos avaliados, sempre que a análise de conjunto assim o indicasse.

### III. CONSIDERAÇÕES SOBRE:

- QUALIS PERIÓDICOS
- QUALIS ARTÍSTICO\*
- CLASSIFICAÇÃO DE LIVROS\*
- CLASSIFICAÇÃO DE PRODUÇÃO TÉCNICA

\* quando pertinente

#### **Qualis Periódicos:**

Como no triênio anterior a área utilizou três indicadores bibliométricos (fator de impacto ou *cites/doc*, índice *h* e número médio de citações por artigo) para classificar os periódicos nos estratos A1 a B3, a indexação em bases bibliográficas para o estrato B4 e o acesso on-line a texto completo em periódicos não indexados para o estrato B5. Para os três indicadores foram usados com ponto de corte: o percentil 95 para o estrato A1, o percentil 90 para o estrato A2, o percentil 75 para o estrato B1, o percentil 45 para o estrato B2 e abaixo do percentil 45 para o estrato B3. O cálculo dos percentis foi feito para o conjunto dos periódicos nas bases do JCR, Scopus e SciELO. Detalhes sobre a classificação podem ser encontrados no documento de área e no relatório do Qualis.

Houve três modificações relevantes no Qualis Periódicos da área em relação ao triênio anterior. Os princípios gerais foram mantidos no sentido de preservar como critérios gerais a circulação e o impacto dos periódicos na definição dos estratos de classificação. Entretanto, no triênio passado a área havia estabelecido um algoritmo para compor a classificação hierarquizando bases e indicadores de impacto. Neste triênio este algoritmo foi substituído por uma combinação de diferentes medidas de impacto conforme explicitado no documento de área e no relatório do Qualis.

A segunda alteração relevante foi feita para atender à necessidade de separar, na produção bibliográfica, os artigos técnicos ou de divulgação dos artigos científicos, visando melhor avaliar a produção técnica dos programas. Assim, a área optou por considerar como não periódicos aqueles que anteriormente eram classificados no estrato C, reservando esse estrato para os periódicos técnicos, boletins e periódicos de divulgação científica que compuseram um dos indicadores da produção técnica dos programas.

Finalmente, diferentemente dos triênios anteriores, toda a produção foi classificada a partir de um único Qualis elaborado a partir da listagem daqueles periódicos referidos pelos programas nos anos de 2010, 2011 e 2012. Este Qualis, elaborado no primeiro semestre de 2013 após o processamento do Coleta do último ano do triênio, utilizou os indicadores disponíveis para as revistas referentes a 2011 uma vez que os resultados obtidos em 2012 ainda não estavam disponíveis. Esta decisão foi tomada pelo CTC e acatada por todas as áreas do conhecimento mantendo assim procedimentos comparáveis entre aquelas que utilizam medidas de impacto em suas classificações.

A produção divulgada em 66 periódicos que foram suspensos da base do JCR, por má conduta editorial, não foi considerada na avaliação dos programas, também por decisão do CTC.

#### **Classificação de Livros:**

A biblioteca escolhida para receber os volumes enviados pelos programas foi a da Universidade Federal da Bahia, sede do coordenador adjunto.

A comissão de análise foi composta por Jorge Alberto Bernstein Iriart (coordenador adjunto),

Kenneth Rochel de Camargo (UERJ), Cláudia Roberta de Castro Moreno (USP), Ricardo Ventura Santos (ENSP-FIOCRUZ), Maria Lucia Magalhães Bosi (UFC), Suely Ferreira Deslandes (IFF), Rita de Cássia Franco Rego (MSAT/UFBA), Sérgio Rego (ENSP/FIOCRUZ), Daniela Riva Knauth (UFRGS) e Thereza Christina Bahia Coelho (UEFS).

Procedimentos:

1. Para cada uma das obras publicadas por docentes e discentes (incluindo livros, coletâneas, capítulos, etc), foi preenchida uma ficha individual. A “unidade” não foi o autor ou organizador, mas sim a obra;
2. Um exemplar ou cópia de cada uma das obras descritas nas fichas foi enviado para a comissão de avaliação com a ficha impressa no aplicativo;
3. Caso o envio de um exemplar da obra não fosse possível (por exemplo, livros publicados no exterior, etc), as cópias enviadas pelos programas continham minimamente: folha de rosto da obra; página com ficha catalográfica (com indicação do ISBN, editora, local de publicação, comissão editorial, etc); página(s) com listagem dos capítulos; texto integral do capítulo; lista de filiações dos autores;
4. Para as coletâneas foi enviada também cópia do capítulo analítico que articula todas as contribuições (em geral a introdução ou prefácio);
5. Para as obras que receberam financiamento de editais para publicação ou que foram premiadas solicitamos que fossem enviados os respectivos comprovantes;
6. Os livros eletrônicos foram enviados em CD ROM, pdf, ou impresso;
7. Os mestrados acadêmicos e profissionais de uma mesma instituição preencheram fichas separadas, mas puderam enviar apenas uma cópia das obras de docentes que participam dos dois programas.

Para o ano de 2010, os coordenadores dos programas preencheram as fichas de identificação das obras e as enviaram para a comissão de avaliação (estas fichas foram posteriormente inseridas no aplicativo). Para os anos de 2011 e 2012, as fichas foram preenchidas diretamente pelos coordenadores no aplicativo. Os programas enviaram um substancial volume de material bibliográfico para análise por parte da comissão, tendo sido preenchidas 1203 fichas no aplicativo, sendo 843 referentes a coletâneas e 180 a monografias ou textos autorais.

A comissão avaliadora realizou três reuniões ao longo do triênio para avaliação das obras encaminhadas para a avaliação. Foram consideradas, para efeito da avaliação e classificação, apenas as obras integrais, os capítulos e as coletâneas de *caráter científico*. As obras didáticas, técnicas e de divulgação foram consideradas na produção técnica e inserção social do programa. Cada avaliador ficou responsável por avaliar as obras, ficha por ficha, de um determinado número de programas. Desta forma, uma mesma obra, cuja ficha foi preenchida por diferentes programas foi avaliada por mais de um membro da comissão. Finalizado o processo de avaliação de todas as obras, foi elaborada uma lista com o resultado da avaliação das obras em ordem alfabética. Analisou-se então todas as discrepâncias encontradas no resultado da avaliação da mesma obra por diferentes avaliadores, mantendo-se a diferença quando era pertinente ou chegando-se a um consenso entre os avaliadores. Por fim, analisou-se os resultados da avaliação a partir dos estratos em que as obras foram classificadas procedendo-se ao ajuste dos pontos de corte.

Os livros (monografias) foram classificados em cinco estratos dependendo da avaliação quantitativa e qualitativa: estrato L4 (40 pontos ou mais), L3 (33 a 39 pontos), L2 (21 a 32 pontos), L1 (10 a 20

pontos) e LC (< 10 pontos). O número de livros classificados em cada estrato foi ponderado para o cálculo da produção de cada docente e do programa. Cada livro correspondeu a 240 pontos no estrato L4; 180 pontos no estrato L3; 120 pontos no estrato L2; 60 pontos no estrato L1 e 0 no LNC.

As coletâneas (organização e capítulos) também foram classificadas em cinco estratos: L4 (57 pontos ou mais); L3(48 a 56 pontos); L2 (35 a 47 pontos); L1 (18 a 34 pontos); LNC (<18 pontos). O número de capítulos ou coletâneas organizadas em cada estrato foi ponderado para o cálculo da produção.

Cada produto correspondeu a 90 pontos em L4; 60 pontos em L3, 40 pontos em L2, 25 pontos em L1 e 0 em LNC. Vale indicar que, no caso de coletâneas nas quais o organizador/ docente era também autor de capítulos, a pontuação se deu da seguinte forma: atribuiu-se o montante de pontos equivalente à organização (equivalente à pontuação obtida na coletânea) acrescido da pontuação equivalente a no máximo um capítulo.

#### **Produção Técnica:**

A área adotou a mesma estratégia para a avaliação da produção técnica dos programas acadêmicos e profissionais.

Foram criados dois scores distintos para compor a nota no item de produção técnica. Um score resultou dos artigos técnicos ou de divulgação científica (estrato C dos Qualis) somados aos livros técnicos, didáticos ou de divulgação, divididos pelo número de docentes permanentes do programa. O outro score foi construído identificando o registro de 12 diferentes tipos de atividades técnicas referidas ou não pelos programas. A soma dos pontos não foi normalizada pela dimensão do corpo docente visto não ter sido considerado o número de produtos mas apenas a existência ou não daquelas atividades

As atividades consideradas foram:

1. Participação em comissões ou comitês técnicos relacionados a atividades da política de saúde
2. Consultoria ou assessoria a órgãos do Sistema Único de Saúde ou organizações do setor saúde
3. Editoria científica de periódicos ou livros
4. Pareceres científicos para periódicos ou livros
5. Pareceres técnicos próprios dos campos de atuação da Saúde Pública (atividades regulatórias diversas)
6. Elaboração de protocolos de conduta, guias e manuais de atuação profissional
7. Atuação em serviços técnicos próprios da área de Saúde Coletiva
8. Cursos de capacitação e treinamentos para profissionais de saúde
9. Desenvolvimento de produtos técnicos com aplicação no setor saúde
10. Produção de material didático
11. Atividades de fortalecimento da educação básica
12. Atividades de divulgação científica para a população em geral.

Os dados utilizados na construção dos scores foram obtidos nos cadernos de produção técnica e bibliográfica, na proposta do programa e daquelas decorrentes da reclassificação de livros pela comissão que avaliou a produção em livros.

IV. FICHA DE AVALIAÇÃO		
IV.1 - PROGRAMAS ACADÊMICOS		
Quesitos / Itens	Peso	Avaliação
<b>1 – Proposta do Programa</b>	<b>0%</b>	
1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e proposta curricular.	50%	<p>Analisada qualitativamente a coerência e consistência interna ao programa entre objetivos, área, linhas, projetos e estrutura curricular</p> <p>Considerada a composição da matriz de disciplinas analisando a distribuição das disciplinas teóricas, metodológicas, instrumentais e temáticas</p> <p>MB = plenamente consistente e atualizada</p> <p>B = adequadamente consistente e atualizada</p> <p>R = razoavelmente consistente e atualizada</p> <p>F = pouco consistente e desatualizada</p> <p>D = inconsistente e desatualizada</p>
1.2. Planejamento do programa com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios internacionais da área na produção do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social mais rica dos seus egressos, conforme os parâmetros da área.	20%	<p>Analisados qualitativamente os elementos oferecidos pelo programa nos subitens: visão, evolução e tendências; pontos fortes e auto-avaliação do programa.</p>
1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e, se for o caso, extensão.	30%	<p>MB= equipamentos, instalações e biblioteca suficientes em número e qualidade</p> <p>B = equipamentos, instalações e bibliotecas adequados para a execução do curso</p> <p>R = equipamentos, instalações e biblioteca mínimos para o funcionamento do curso</p> <p>F = equipamentos, instalações e biblioteca insuficientes para o funcionamento do programa</p> <p>D = equipamentos, instalações e biblioteca inexistentes</p>

<b>2 – Corpo Docente</b>	<b>15%</b>	
<p>2.1. Perfil do corpo docente, consideradas titulação, diversificação na origem de formação, aprimoramento e experiência, e sua compatibilidade e adequação à Proposta do Programa.</p>	10%	<p>2.1.1. Adequação da formação do corpo docente ao desenvolvimento do programa</p> <p>2.1.2. Avaliação qualitativa do prestígio e experiência do corpo docente aquilatada pelos dados contidos na proposta do programa quanto a prêmios, bolsas de produtividade do CNPq, posições de destaque na condução da política científica, educacional ou de saúde, etc...</p>
<p>2.2. Adequação e dedicação dos docentes permanentes em relação às atividades de pesquisa e de formação do programa.</p>	30%	<p>2.2.1. DIMENSÃO: avaliação qualitativa da adequação da dimensão às atividades do programa</p> <p>2.2.2. RENOVAÇÃO DP MB = até 20% B = 21-25% R = 26-30% F= 31-35% D &gt; 35%</p> <p>2.2.3. ESTABILIDADE MB=80% e mais estáveis no triênio B = 70 -79% estáveis R = 60 -69% estáveis F = 50 -59% estáveis D = &lt; 50% estáveis</p> <p>2.2.4. DEPENDÊNCIA DE COLABORADORES (% das atividades de ensino, orientação e pesquisa desempenhadas por colaboradores) MB = até 20% B = 21-30% R = 31-40% F = 41-50% D &gt; 50%</p> <p>A nota no item resulta da composição dos conceitos nos 4 indicadores com maior peso para os dois últimos.</p>
<p>2.3. Distribuição das atividades de pesquisa e de formação entre os docentes do programa.</p>	30%	<p>2.3.1. PARTICIPAÇÃO dos DP em atividades de ensino, orientação e pesquisa no triênio MB= 70% e mais B = 60-69%</p>

		<p>R = 50-59% F = 40-9% D &lt;40%</p> <p>2.3.2. ATUAÇÃO EM MAIS DE 2 PPG Utilizar o indicador na avaliação qualitativa da distribuição de atividades do corpo docente tendo em vista eventuais sobrecargas em função da proporção de DP comprometidos em mais de 2 programas.</p> <p>2.3.3. DP em situação irregular segundo a Portaria CAPES 01/2012 A comissão optou por alertar os programas a respeito da existência de docentes em situação irregular para que tal aspecto seja sanado.</p>
2.4. Contribuição dos docentes para atividades de ensino e/ou de pesquisa na graduação, com atenção tanto à repercussão que este item pode ter na formação de futuros ingressantes na PG, quanto (conforme a área) na formação de profissionais mais capacitados no plano da graduação.	15%	<p>Para as IES a participação dos docentes em disciplinas dos cursos de graduação e em atividades de orientação de iniciação científica foi considerada muito boa. A participação em uma ou outra atividade foi considerada boa. Para os IP a orientação de iniciação científica foi considerada muito boa</p>
2.5. Proporção de projetos com financiamento por agências de fomento ou convênios específicos	15%	<p>2.5. PROJETOS financiados MB = 50% ou mais B = 35-49% R = 20-34% F = 10-19% D &lt; 10%</p> <p>Além do indicador quantitativo foram analisadas as informações constantes na proposta do programa sobre a magnitude de financiamentos e a existência de projetos de abrangência nacional ou internacional para a qualificação desse item.</p>
<b>3 – Corpo Discente, Teses e Dissertações</b>	<b>35%</b>	
3.1. Quantidade de teses e dissertações defendidas no período de avaliação, em relação ao corpo docente permanente e à dimensão do corpo discente.	30%	<p>3.1.1. ALUNOS TITULADOS/DP MB = 2 ou + B = 1,0-1,9 R = 0,5-0,9 F = 0,1-0,4 D = 0</p>

<p>3.2. Distribuição das orientações das teses e dissertações defendidas no período de avaliação em relação aos docentes do programa.</p>	<p>30%</p>	<p>3.2.1. MÉDIA de orientações em andamento por DP MB = 3,5 – 8 B = 2,5-3,4 R = 1,5-2,4 F = 1 -1,4 D &lt; 1</p> <p>3.2.2. DP sem orientação no triênio MB = 0% B = 1-10% D &gt; 10% A comissão optou por trabalhar exclusivamente com os conceitos extremos</p> <p>3.2.3. DP com mais de 8 orientações em andamento na soma dos programas em que atuam MB = 0-10% B = 11-20% R = 21-30% F &gt; 30% D = presença de um ou mais orientadores com mais de 20 alunos</p> <p>O conceito do item foi obtido pela tendência observada para os três indicadores. Não foram feitos cálculos aritméticos.</p>
<p>3.3. Qualidade das Teses e Dissertações e da produção de discentes autores da pós-graduação e da graduação (no caso de IES com curso de graduação na área) na produção científica do programa, aferida por publicações e outros indicadores pertinentes à área.</p>	<p>30%</p>	<p>3.3.1. DISCENTE-AUTOR MB = 30% ou mais B = 20-29% R = 10-19% F = 5-9% D &lt; 5%</p> <p>3.3.2. ARTIGOS de discentes e egressos em periódicos B2 ou superior/total de alunos no final do ano e titulados no ano MB = 0,30 ou mais B = 0,15-0,29 R = 0,05-0,14 F = 0,01-0,04 D = 0,00</p> <p>3.3.3. PRODUÇÃO bibliográfica de alunos e egressos/ total de alunos no final do ano e titulados no ano MB = 1,20 ou mais B = 0,80-1,19</p>

		<p>R = 0,50-0,79 F= 0,20-0,49 D &lt; 0,20</p> <p>Na produção de alunos e egressos foram computados artigos, livros e capítulos, trabalhos completos em anais e trabalhos apresentados em congressos O conceito do item foi obtido pela tendência observada para os três indicadores. Não foram feitos cálculos aritméticos.</p>
3.4. Eficiência do Programa na formação de mestres e doutores bolsistas: Tempo de formação de mestres e doutores e percentual de bolsistas titulados.	10%	<p>3.4. TEMPO MÉDIO DE TITULAÇÃO</p> <p>Mestrado MB = 24-26m B = 27- 30m R = 31-36m F = 37-42m D &gt; 42 m</p> <p>Doutorado MB = 48-52 m B = 53-58m R= 59-63m F= 64-68m D &gt; 68 m</p> <p>A proporção de alunos com bolsa sanduíche não foi analisada porque os dados não estavam disponíveis de modo comparável para todos os programas.</p>
<b>4 – Produção Intelectual</b>	<b>35%</b>	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente.	40%	<p>4.1. PRODUÇÃO PER CAPITA: soma da pontuação em livros e artigos/docentes permanentes MB = 600 e mais B = 400-599 R= 200-399 F = 120-199 D = &lt; 120</p>
4.2. Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do Programa.	40%	<p>4.2.DISTRIBUIÇÃO: produção dos docentes permanentes 4.2.1. Mediana (205 pontos) MB = 60% ou mais igual ou acima da mediana da área B = 50-49% igual ou acima da</p>

		<p>mediana R = 20-49% igual ou acima da mediana F = 10-19% igual ou acima da mediana D = &lt; 10% igual ou acima da mediana</p> <p>4.2.2. Percentil 80 (427 pontos) MB = 15% ou mais igual ou acima do P80 B = 10-14% igual ou acima do P80 R = 5-9% igual ou acima do P80 F = 1-4% igual ou acima do P80 D = 0% igual ou acima do P80</p> <p>No desempate entre os indicadores deve prevalecer o primeiro.</p> <p>Além dos percentuais utilizados como indicativos da distribuição foi considerada a distribuição mediana dos artigos segundo os estratos do qualis.</p>
4.3. Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes.	20%	<p>4.3.1. MÉDIA de artigos e livros técnicos, de divulgação ou didáticos/DP MB = 1,0 ou mais B = 0,5-0,9 R = &lt; 0,5</p> <p>4.3.2. SCORE da produção técnica MB= 20 ou mais B= 15-19 R= &lt; 15</p> <p>No desempate entre os indicadores deve prevalecer o primeiro</p> <p>Para esses indicadores a comissão optou por trabalhar só com três estratos.</p>
<b>5 – Inserção Social</b>	<b>15%</b>	
5.1. Inserção e impacto regional e (ou) nacional do programa.	30%	<p>Avaliado qualitativamente a inserção regional, nacional ou internacional do programa. Avaliada a integração com cursos de graduação e a nucleação. Avaliada a produção de material didático</p>

		Avaliados os impactos sociais do programa- relevância das atividades técnicas e científicas para a política de saúde
5.2. Integração e cooperação com outros programas e centros de pesquisa e desenvolvimento profissional relacionados à área de conhecimento do programa, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação.	55%	<p>Participação em programas institucionais de cooperação, das agências de fomento à pesquisa e da própria CAPES, tais como Minter, Dinter, Associação entre IES.</p> <p>Estratégias para mobilidade de docentes e discentes entre programas de diferentes IES ou Institutos de pesquisa.</p> <p>Número efetivo de docentes e discentes do programa com atividades em outros programas</p> <p>Número efetivo de discentes e docentes de outros programas com atividades no programa analisado</p> <p>Participação de docentes do programa em redes de pesquisa interinstitucionais</p> <p>Publicações conjuntas de docentes do programa com docentes de outras IES ou institutos de pesquisa</p> <p>Parceria entre instituições na organização de eventos científicos relevantes para a área</p> <p>Intercâmbio docente visando atividades de pesquisa (produção ou divulgação), docência ou orientação</p>
5.3 - Visibilidade ou transparência dada pelo programa à sua atuação.	15%	Análise da página do programa considerando existência de informações sobre o curso, processo seletivo e acesso aos resumos dos trabalhos de conclusão.

<b>IV.2 - MESTRADOS PROFISSIONAIS</b>		
<b>Quesitos / Itens</b>	<b>Peso</b>	<b>Avaliação</b>
<b>1 – Proposta do Programa</b>	<b>0%</b>	
1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização da(s) área(s) de concentração, linha(s) de atuação, projetos em andamento, proposta curricular com os objetivos do Programa.	40%	Analisada qualitativamente a coerência e consistência interna ao programa entre objetivos, área, linhas, projetos e estrutura curricular Considerada a composição da matriz de disciplinas analisando a distribuição das disciplinas teóricas, metodológicas, instrumentais e temáticas.
1.2. Coerência, consistência e abrangência dos mecanismos de interação efetiva com outras instituições, atendendo a demandas sociais, organizacionais ou profissionais.	30%	Analisada qualitativamente a existência de mecanismos formais entre o programa e as instâncias municipais, estaduais ou nacionais do SUS Analisada a existência de clientela específica e relacionada com a política de saúde
1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e administração.	10%	MB= equipamentos, instalações e biblioteca suficientes em número e qualidade B = equipamentos, instalações e bibliotecas adequados para a execução do curso R = equipamentos, instalações e biblioteca mínimos para o funcionamento do curso F = equipamentos, instalações e biblioteca insuficientes para o funcionamento do programa D= equipamentos, instalações e biblioteca inexistentes.
1.4. Planejamento do Programa visando ao atendimento de demandas atuais ou futuras de desenvolvimento nacional, regional ou local, por meio da formação de profissionais capacitados para a solução de problemas e práticas de forma inovadora.	20%	Analisados qualitativamente os elementos oferecidos pelo programa nos subitens: visão, evolução e tendências; pontos fortes e auto-avaliação do programa.
<b>2. Corpo Docente</b>	<b>20%</b>	
2.1. Perfil do corpo docente, considerando experiência como	50%	2.1.1. FORMAÇÃO na área

<p>pesquisador e/ou profissional, titulação e sua adequação à Proposta do Programa.</p>		<p>MB: 70% ou mais B: 60-69% R: 40-59% F: 25-39% D:&lt;25%</p> <p>2.1.2. COMPOSIÇÃO: profissionais sem doutorado MB: 0-19% B: 20-29% R: 30-39% F: 40-49% D: 50% ou mais OBS: agregar análise qualitativa referente à experiência desses docentes O conceito do item foi obtido pela combinação dos dois indicadores. Não foram feitos cálculos aritméticos .</p>
<p>2.2. Adequação da dimensão, composição e dedicação dos docentes permanentes para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e formação do Programa.</p>	<p>30%</p>	<p>2.2.1 ESTABILIDADE MB≥ 80% B: 70-79% R: 60-69% F: 50-59% D: &lt;50% OBS: analisar situações de ampliação/renovação do corpo docente</p> <p>2.2.2.PARTICIPAÇÃO em mais de 2 PPG MB: 0-20% B: 21-30% R: 31-50% F: 51-60% D:&gt; 60%</p> <p>2.2.3. Analisada a presença de docentes em situação irregular com participação em mais de dois programas acadêmicos fora das situações de excepcionalidade previstas pela portaria 01/2012.</p> <p>O conceito do item foi obtido pela tendência observada para os três indicadores. Não foram feitos cálculos aritméticos.</p>

<p>2.3. Distribuição das atividades de pesquisa, projetos de desenvolvimento e inovação e de formação entre os docentes do Programa.</p>	<p>20%</p>	<p>2.3.1 PARTICIPAÇÃO nas atividades de ensino, orientação e P&amp;D MB ≥ 75% B: 65-74% R: 55-64% F: 45-54% D: &lt;45%</p> <p>2.3.2. DEPENDÊNCIA dos colaboradores MB: até 20% B: 21-30%; R: 31-40% F: 41-50 % D: &gt; 50%</p> <p>2.3.3.MEDIA de orientações em andamento/DP MB: 1-3 B: 0,5- 0,9 ou 3,1- 4,0 R: 4,1-6,0 F: &gt; 6 D:&lt; 0,5</p> <p>2.3.4.DP sem orientação no triênio MB: 0% B: 1-10% R: 11-15% F: 16-20% D&gt; 20%</p> <p>2.3.5. DP com mais de 8 orientações em andamento MB = 0-10% B= 11-20% R= 21-30% F &gt; 30% D = presença de um ou mais orientadores com mais de 20 alunos</p> <p>O conceito do item foi obtido pela tendência observada para os cinco indicadores. Não foram feitos cálculos aritméticos.</p>
<p><b>3. Corpo Discente e Trabalhos de Conclusão</b></p>	<p><b>30%</b></p>	
<p>3.1. Quantidade de trabalhos de conclusão (MP) aprovados no período e sua distribuição em relação ao corpo discente titulado e ao corpo docente do programa</p>	<p>30%</p>	<p>3.1.1 TITULADOS/DP MB: 1-4 B: 4,1- 6,0</p>

		<p>R: 6,1-8,0 F: &gt;8 D:&lt;1</p> <p>3.1.2.DISCENTE AUTOR MB: maior ou igual a 30% B: 20-29% R: 10-19% F: 5-9% D: menor do que 5%</p> <p>3.1.3. PRODUÇÃO bibliográfica de discentes e egressos/total de alunos no final do ano + titulados no ano MB: &gt; 0,5 B: 0,15-0,49 R: 0,10-0,14 F: 0,05 – 0,09 D: &lt; 0,05</p> <p>O conceito do item foi obtido pela tendência observada para os três indicadores. Não foram feitos cálculos aritméticos.</p>
3.2. Qualidade dos trabalhos de conclusão produzidos por discentes e egressos	40%	<p>Crterios usados para análise dos resumos: Identificar objetivo, método e resultados Proximidade com a temática do programa Caráter aplicado do problema de investigação</p> <p>MB= 80 % ou mais dos resumos B = 70-79% dos resumos R = 60-69% F = 50-59% D&lt;50%</p>
3.3. Aplicabilidade dos trabalhos produzidos	30%	<p>Crterios usados para a análise da aplicabilidade: Factibilidade Potencial de absorção pelo serviço Relevância do problema de investigação e da solução proposta face ao perfil epidemiológico e as características e necessidades do SUS Contribuição para melhor compreensão de problemas de</p>

		saúde e sua solução. OBS: Não são cumulativos
<b>4. Produção Intelectual</b>	<b>30%</b>	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente	30%	4.1 PRODUÇÃO PER CAPITA MB > 350 B = 250-349 R = 120-249 F = 50-119 D < 50
4.2. Produção artística, técnica, patentes, inovações e outras produções consideradas relevantes.	30%	4.2.1. Score 1: (pontuação nas atividades técnicas destacadas pela área) MB: 23 ou mais B: 18-22 R: 12-17 F: 9-11 D: <9  4.2.2. Score 2: livros e artigos/DP MB = 1 ou mais B= 0,5-0,9 R=0,3-,4 F= 0,1-0,2 D =0  No caso de discordância entre os conceitos dos dois indicadores deve prevalecer o correspondente ao 4.2.1
4.3. Distribuição da produção científica e técnica ou artística em relação ao corpo docente permanente do programa	20%	4.3.1 Proporção de DP com produção acima ou igual à mediana da área (85 pontos por docente ano) MB ≥ 60% B: 50-59% R: 30-49% F: 20-29% D: <20%  4.3.2. Proporção de DP com produção acima do percentil 80 da área (255 pontos por docente ano) MB ≥ 20% B: 10-19% R: 5-9% F: 1-4% D: <1%

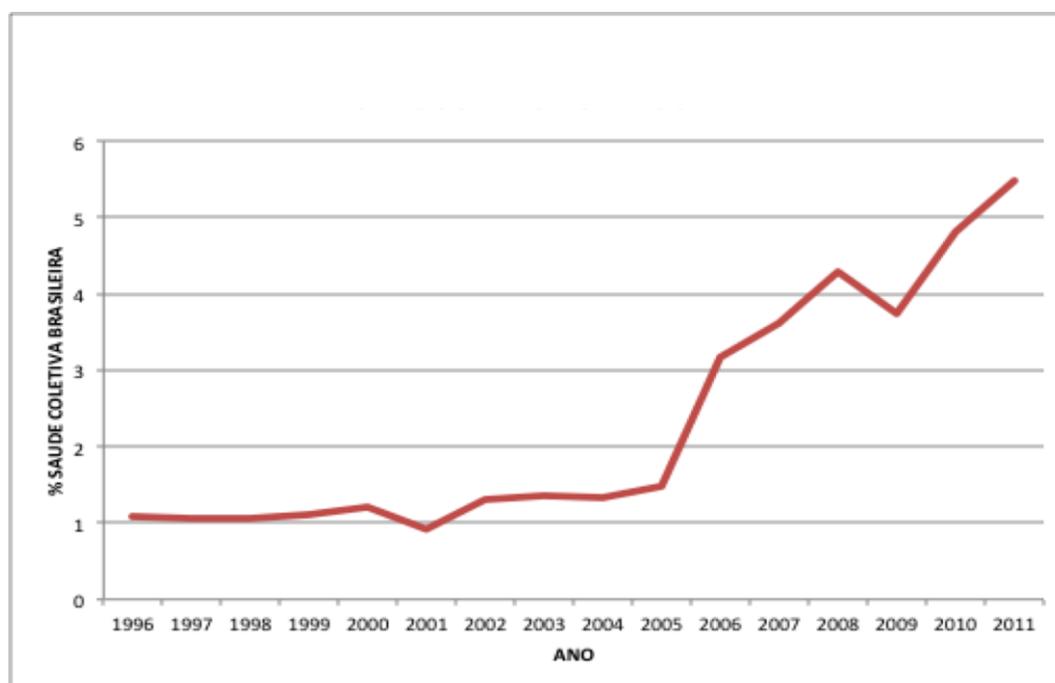
		O conceito do item foi obtido pela combinação dos dois indicadores. Não foram feitos cálculos aritméticos.
4.4. Articulação da produção artística, técnica e científica entre si e com a proposta do programa.	20%	Proximidade com a temática do programa Alinhamento com as linhas de pesquisa. Coerência entre produção técnica e científica.  Conceitos atribuídos na discussão de consenso da comissão de avaliadores
<b>5. Inserção Social</b>	<b>20%</b>	
5.1. Impacto do Programa	40%	Analisado com base nas informações contidas na proposta do programa e na avaliação dos resumos dos trabalhos de conclusão a contribuição do programa para o SUS. Não há necessidade de cumprimento de todas as modalidades de impacto listadas
5.2. Integração e cooperação com outros Cursos/Programas com vistas ao desenvolvimento da pós-graduação.	20%	Analisada a participação em programas de cooperação e intercâmbio sistemático com outros programas na mesma área
5.3. Integração e cooperação com organizações e/ou instituições setoriais relacionados à área de conhecimento do Programa, com vistas ao desenvolvimento de novas soluções, práticas, produtos ou serviços nos ambientes profissional e/ou acadêmico.	20%	Analisada a atuação dos docentes em atividades de cooperação técnica, consultorias, pesquisa etc. Junto as instituições do setor saúde no nível local, municipal, regional, estadual ou nacional.
5.4. Divulgação e transparência das atividades e da atuação do Programa	20%	Analisada a página do programa e a presença das informações necessárias para o público alvo e acesso aos resumos dos trabalhos finais.

## V. CONTEXTUALIZAÇÃO E DESCRIÇÃO SOBRE INTERNACIONALIZAÇÃO/INSERÇÃO INTERNACIONAL E INDICADORES CONSIDERADOS NA ATRIBUIÇÃO DE NOTAS 6 e 7

A área de Saúde Coletiva congrega uma comunidade científica relativamente pequena em todo o mundo respondendo por cerca de 1,9% da produção científica registrada na base SJR. A produção em Saúde Coletiva corresponde a 6,4% da produção em Saúde que, por sua vez, responde por 29,5% de toda a produção científica no mundo.

Para acessar a produção da área de Saúde Coletiva registrada na base SJR é necessário somar quatro diferentes componentes: Epidemiology, Health Policy, Public Health, Environmental and Occupational Health (Medicine) e Health Social Sciences (Social Sciences) Entretanto, não é possível identificar a parte da produção da área divulgada em periódicos da área médica, de enfermagem, odontologia, e de outras áreas da saúde ou das ciências biológicas que correspondem a praticamente 44% da produção dos programas.

O crescimento da produção internacionalizada da área acentuou-se sobremaneira a partir de 2005 conforme evidenciado na figura 1.



**Figura 1: Proporção de Artigos Brasileiros em Periódicos de Saúde Coletiva**

A produção brasileira em Política de Saúde ocupa a terceira posição na produção de artigos científicos no mundo, atrás apenas dos Estados Unidos e do Reino Unido. A produção nacional em Saúde Pública, saúde ambiental e saúde ocupacional ocupa a quarta posição, atrás dos Estados Unidos, Reino

Unido e Canadá. A produção em Ciências Sociais em Saúde é a quinta no mundo ficando atrás da produção norte-americana, britânica, chinesa e australiana. A produção brasileira em Epidemiologia tem a décima quinta posição, semelhante à ocupada pela ciência brasileira em geral.

Atualmente um pesquisador brasileiro é o presidente da Associação Internacional de Epidemiologia. Em período recente um pesquisador brasileiro foi o presidente da Federação Mundial de Saúde Pública e diversos pesquisadores participam dos corpos editoriais dos mais influentes periódicos científicos da área, são docentes em universidades estrangeiras e atuam em redes internacionais de pesquisa. Um dos docentes de programa acadêmico da área está atualmente dirigindo o Australian Research Centre for Population Oral Health da Universidad de Adelaide, Australia.

No ultimo triênio foram intensificadas as atividades de cooperação internacional pela maioria dos programas da área.

As notas 6 e 7 foram reservadas exclusivamente para os programas com doutorado que na primeira etapa da avaliação obtiveram nota 5 em todos os quesitos da ficha de avaliação e que atendiam necessariamente a três condições:

- Nota 6: conceito muito bom ou bom em todos os itens da avaliação; nível de desempenho (formação de doutores e produção intelectual) diferenciado em relação aos demais programas da área; desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área (internacionalização e liderança)
- Nota 7: conceito muito bom em todos os itens da avaliação; nível de desempenho (formação de doutores e produção intelectual) altamente diferenciado em relação aos demais programas da área; desempenho equivalente aos centros internacionais de excelência na área (internacionalização e liderança)

**Liderança:** os programas demonstraram sua liderança na área por meio da atração de alunos de diferentes regiões do país e de outros países; proporção de docentes participando de comitês de área no CNPq, DECIT, FINEP, CAPES, etc, ou de agências de fomento internacionais; premiações, nacionais ou internacionais, recebidas pelos docentes, que tenham relação com as atividades de pesquisa e orientação; proporção de docentes participando de diretorias de associações científicas nacionais e internacionais; participação de docentes em cargos relevantes para a política nacional de saúde, educação ou ciência e tecnologia.

**Grau de internacionalização:**

- Participação em projetos de pesquisa envolvendo programa de pós-graduação e grupos de pesquisa de instituições estrangeiras, através de redes de pesquisa ou convênios de cooperação internacional.
- Intercâmbio de alunos e professores que envolva financiamento recíproco.
- Financiamento internacional para o programa.
- Predominância de publicações em periódicos de circulação internacional e com alto impacto na produção intelectual do programa. (estratos A1 e A2)

- Participação em comitês editoriais e em editoria de periódicos de circulação internacional publicados em países estrangeiros.
- Captação de recursos de agências de fomento científico de âmbito internacional ou financiamento estrangeiro para a pesquisa.
- Oferta de cursos em outros países (Minter e Dinter internacionais, acordos de cooperação internacional).
- Atração de alunos de origem estrangeira inclusive para o pós-doutorado.
- Participação de docentes na organização de eventos científicos de caráter internacional e em atividades de destaque tais como conferências ou mesas-redondas.
- Participação em diretorias de associações científicas internacionais.
- Prêmios internacionais.
- Dupla titulação com PPGs de referencia no exterior.
- Docência em programas estrangeiros bem avaliados em seus países.

Conforme descrito anteriormente a comissão separou, dentre os programas com nota 5 aqueles que poderiam ser indicados para nota 6 ou 7. Uma dupla de consultores foi destacada para elaborar os argumentos para tal indicação.

A comissão resolveu manter os dois cursos que receberam sete no triênio anterior e promover dois cursos que eram nota 6 para sete tendo em vista seu desempenho, os indicadores de internacionalização, sua relevância como grupos nucleadores de outros programas e formuladores teóricos da própria área.

Os quatro cursos que já eram seis no triênio anterior tiveram sua nota confirmada para este triênio e outros três cursos que anteriormente eram nota cinco foram indicados para nota 6 com base em seu desempenho e nos indicadores de internacionalização.

## VI. SÍNTESE DA AVALIAÇÃO E COMPARAÇÃO COM TRIÊNIO ANTERIORES 2010

Os programas avaliados passaram de 31 na trienal 2007 para 66 na trienal 2013. Houve crescimento mais acentuado dos programas profissionais visto que no último triênio foi mais frequente a criação de cursos de doutorado em programas já existentes do que a aprovação de novos programas acadêmicos.

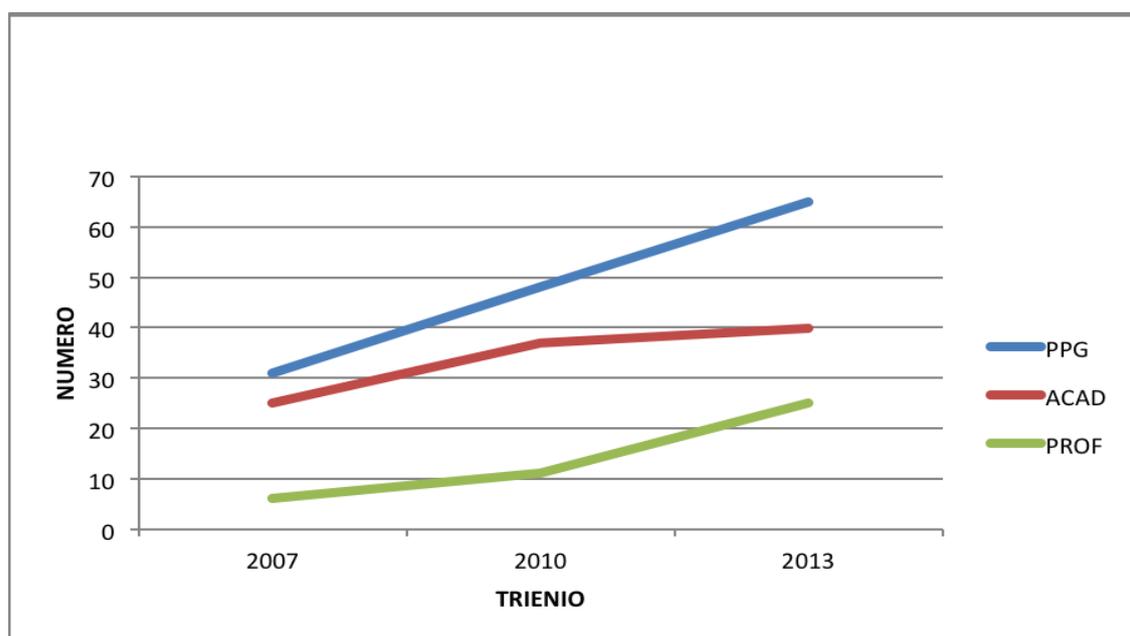


Figura 2 – Programas Acadêmicos, Profissionais e Total

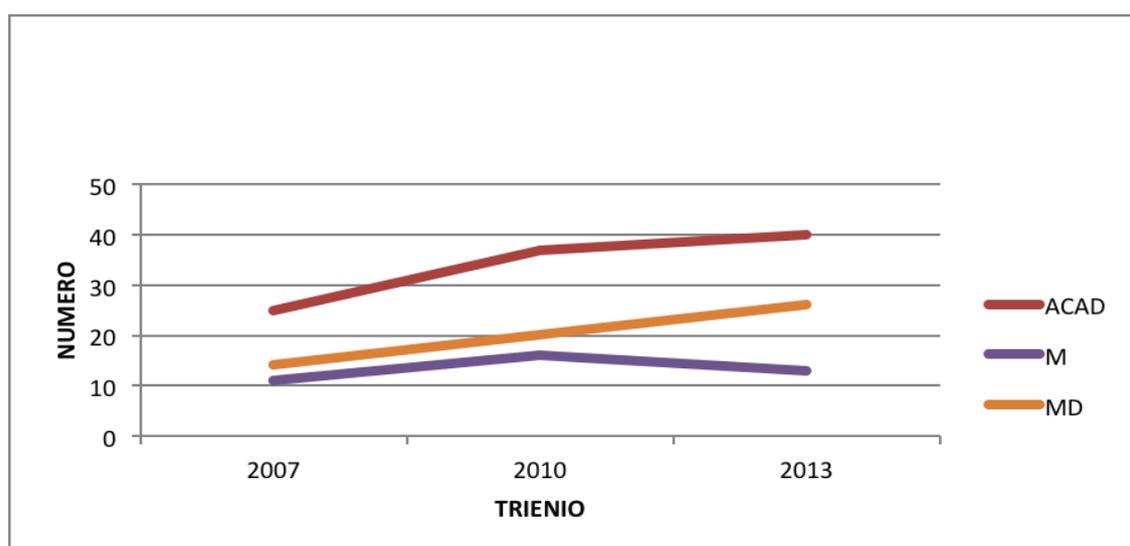
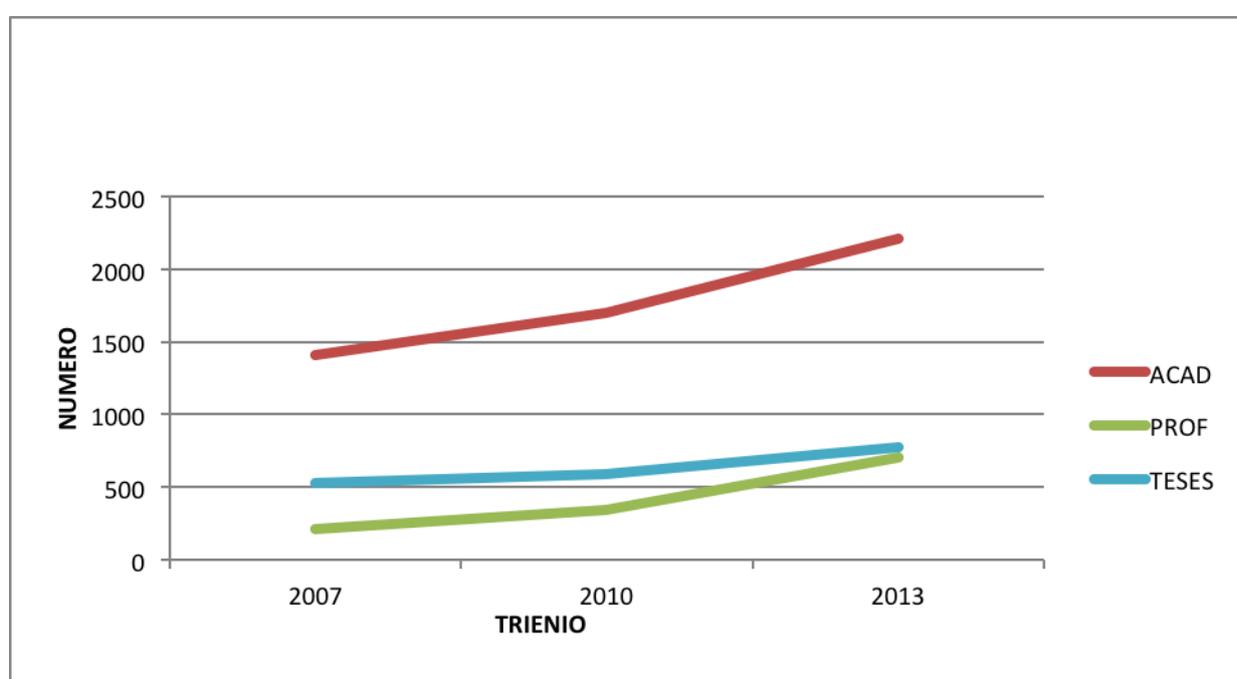


Figura 3 – Programas Acadêmicos: Mestrado e Mestrado/Doutorado

O número de docentes permanentes nos programas acadêmicos está estabilizado em torno de 750 enquanto houve crescimento dos docentes permanentes atuando nos programas profissionais, passando de aproximadamente 250 para 550 neste triênio.

O número de teses e dissertações concluídas acompanhou o crescimento dos programas conforme apresentado na figura 4.



**Figura 4 – Dissertações de Mestrado Acadêmico e Profissional e Teses**

A distribuição dos programas por nota é comparável nos três últimos triênios. O predomínio dos programas nota 3 e 4 reflete o crescimento que a área vem experimentando ao longo dos anos com um conjunto significativo de programas novos ou em fase de consolidação. (Figura 5)

A proporção de alteração nas notas também se manteve semelhante nos dois últimos triênios com o mesmo número de programas descredenciados ou com notas diminuídas, assim como o de programas com notas aumentadas. Há maior número de programas com as notas mantidas em função do maior número de programas. (Figura 6)

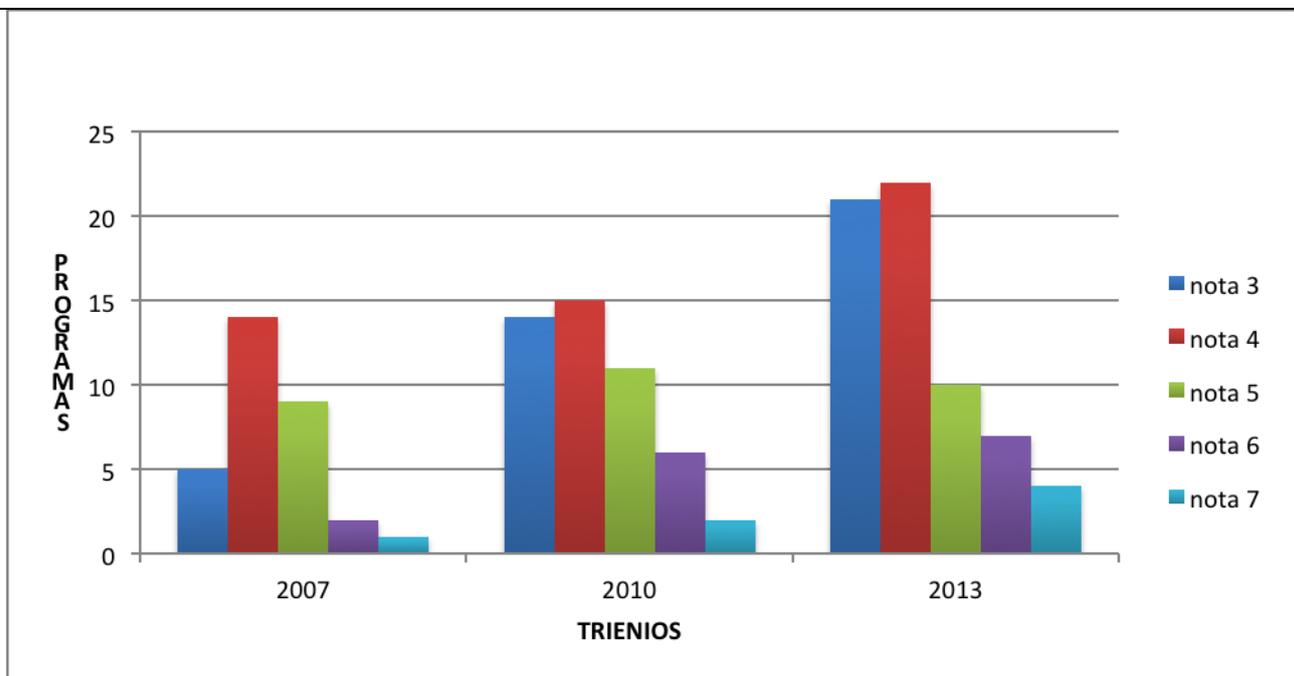


Figura 5 – Distribuição dos programas por nota

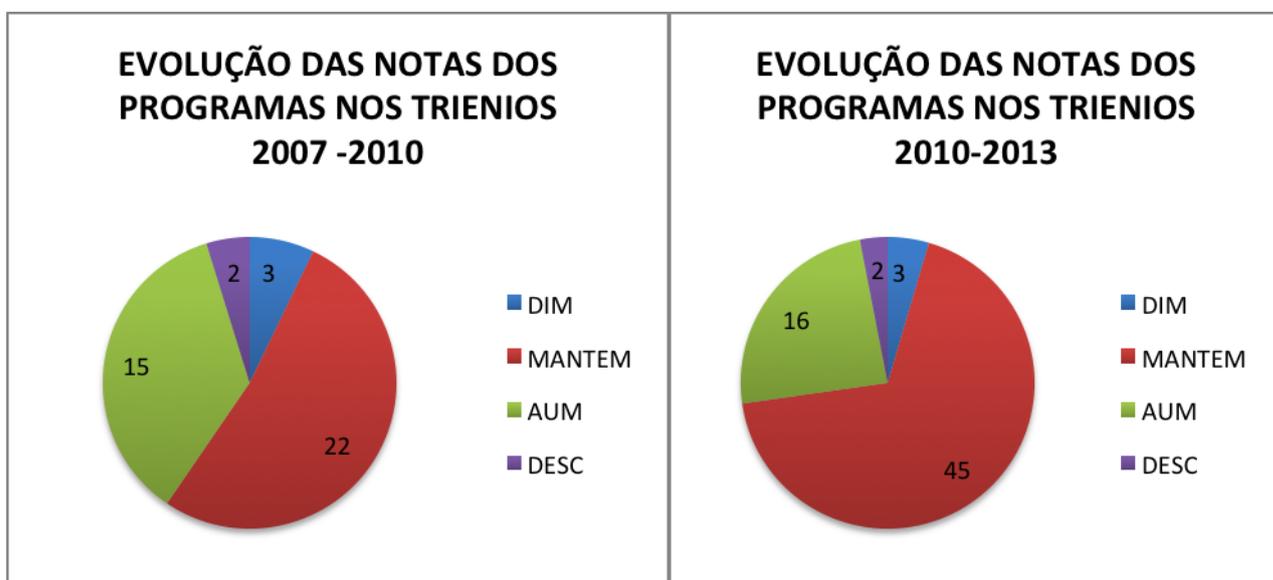
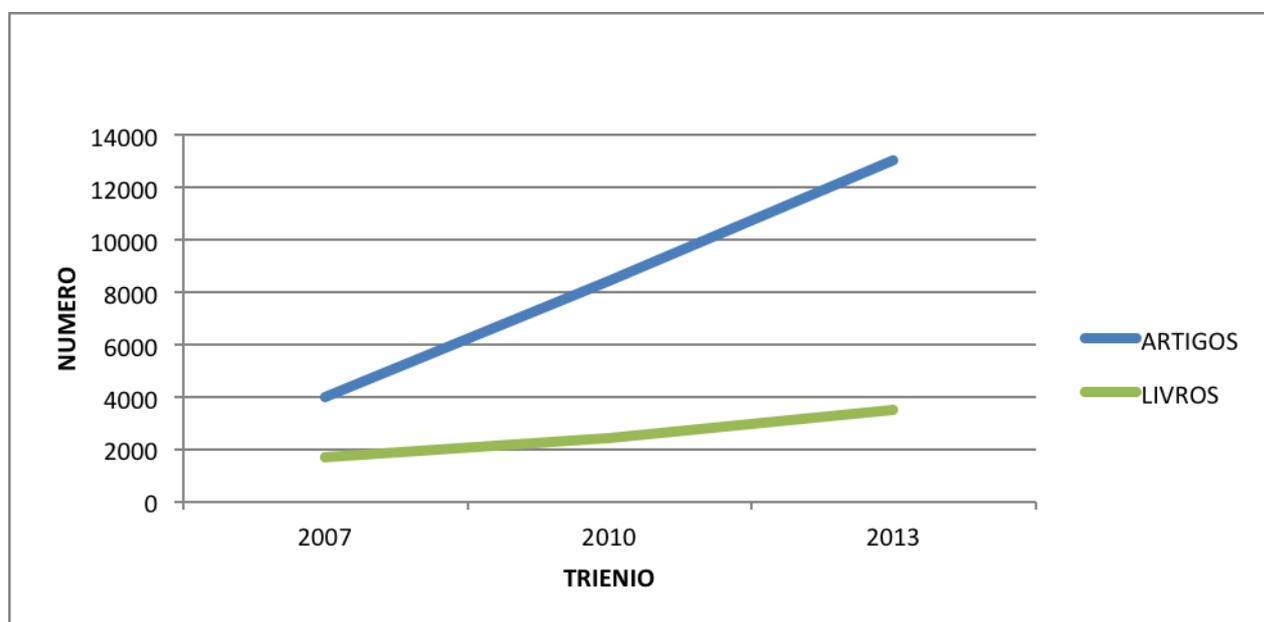


Figura 6 – Evolução das notas dos programas nos triênios

A produção bibliográfica dos programas, em livros e artigos continuou aumentando ao longo dos triênio como pode ser observado na figura 7.

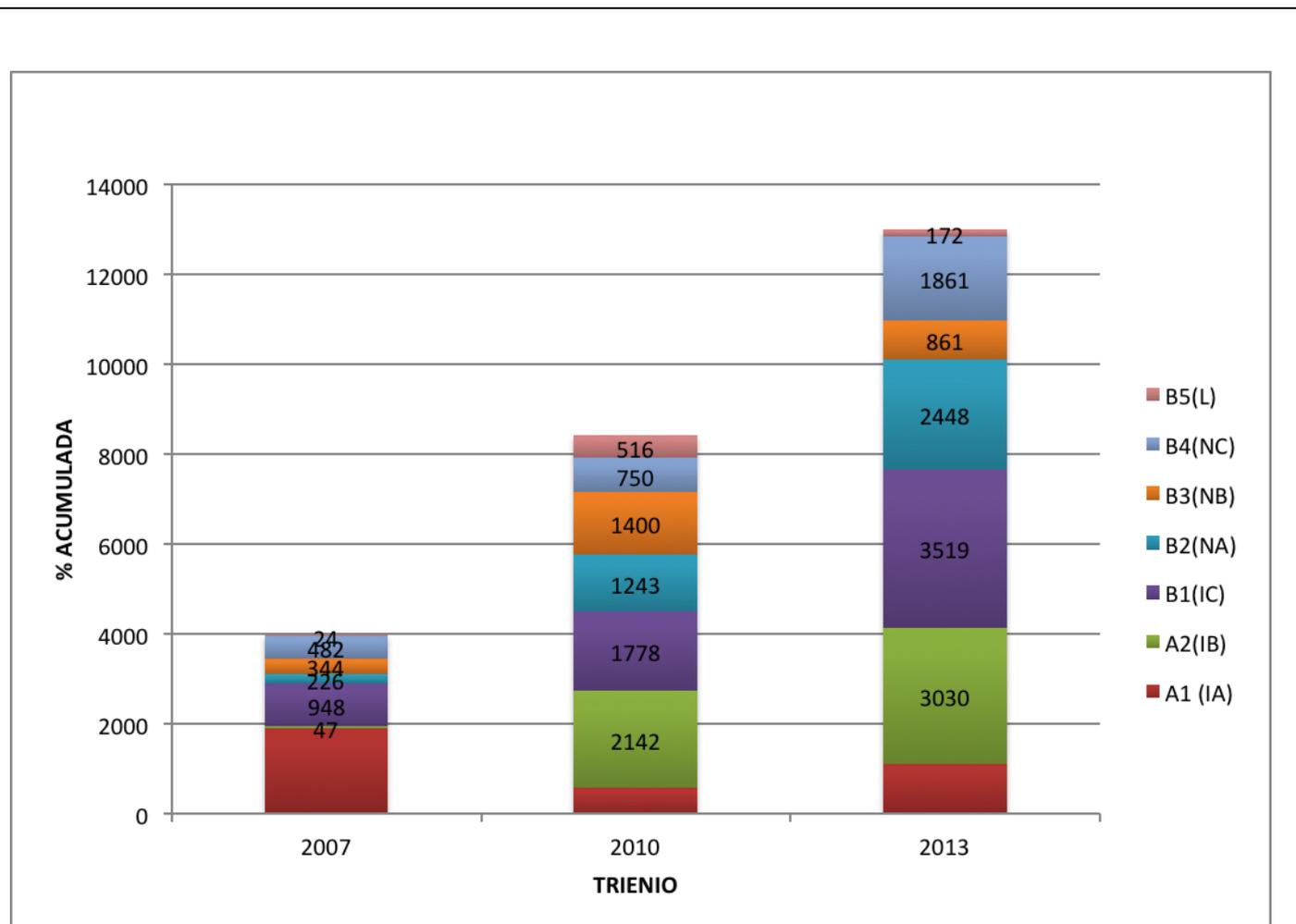
A produção em livros corresponde a 6% da produção dos programas.



**Figura 7 – Artigos e Livros**

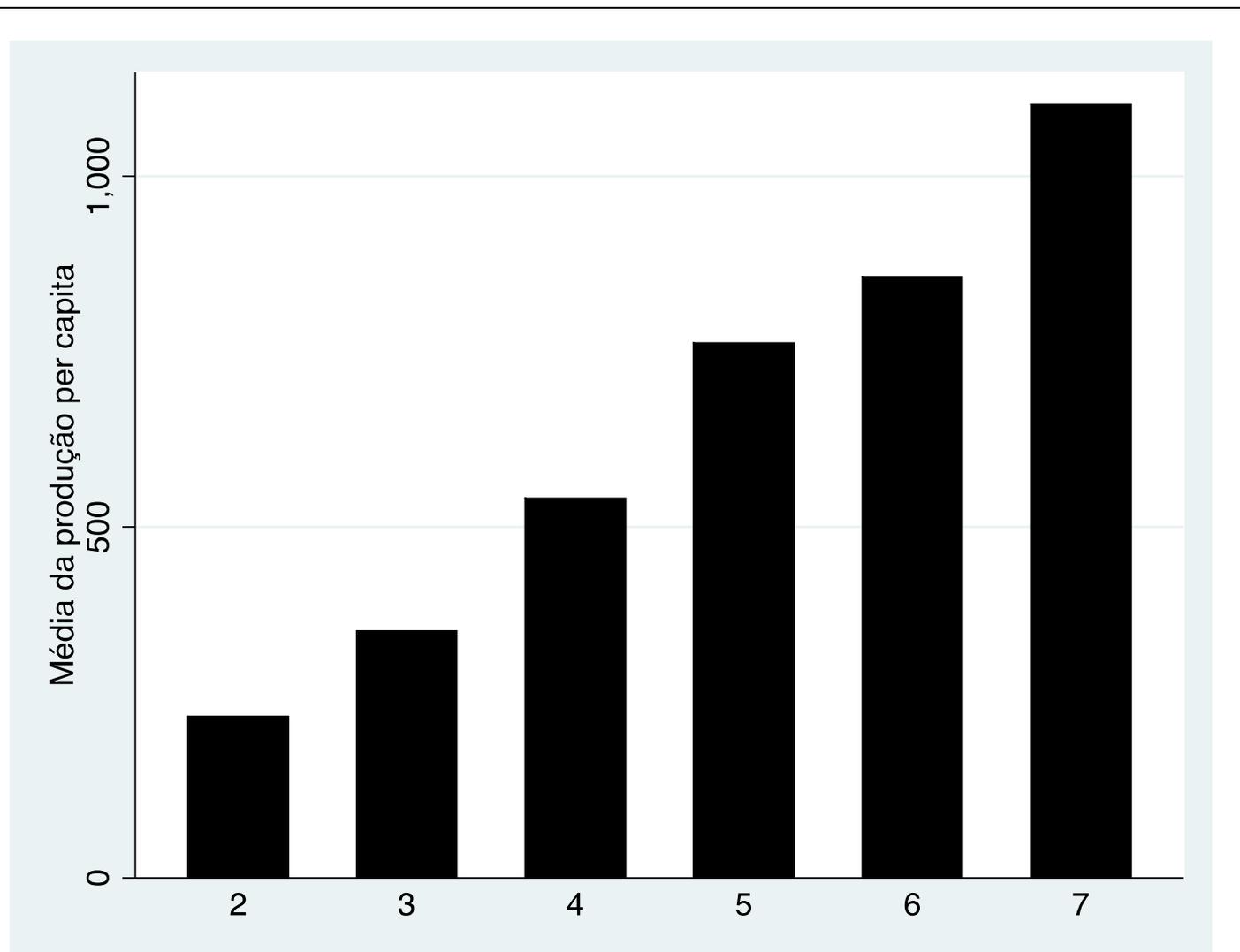
A classificação dos artigos em periódicos segundo os estratos do Qualis mostra que além do crescimento numérico da produção houve crescimento da produção melhor qualificada. Todos os periódicos classificados pela área nos estratos B2 ou superior são indexados em 1 a 3 bases bibliométricas e apresentam indicadores bibliométricos em torno da mediana.

A comparação com o triênio 2007 fica prejudicada tendo em vista a mudança de critérios classificatórios e inclusive na denominação dos estratos. Entretanto, grosso modo, é possível considerar que a produção anteriormente classificada como internacional A, B ou C corresponde aos atuais estratos A1 a B2.



**Figura 8 – Artigos classificados pelo Qualis**

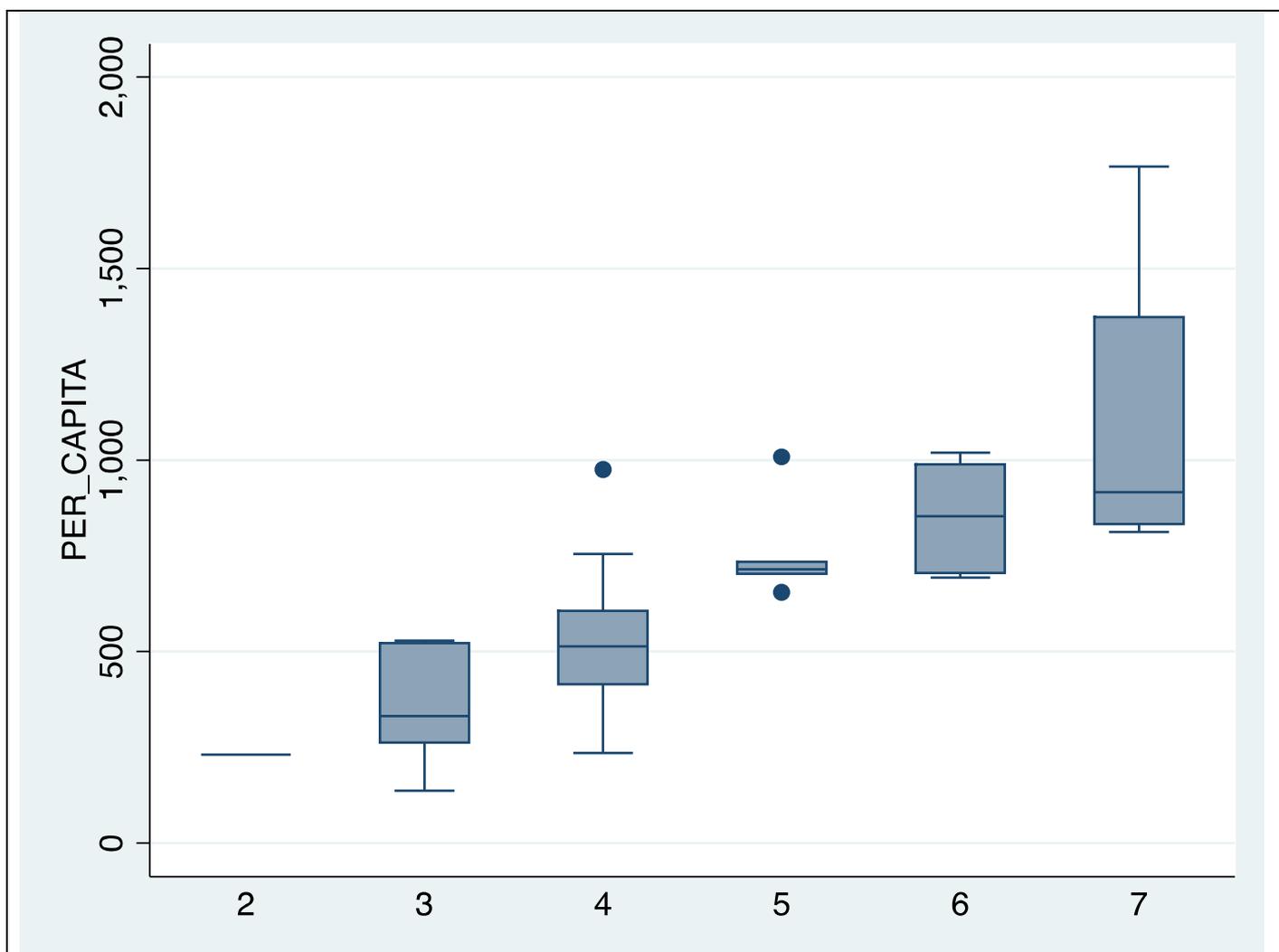




**Figura 10: Produção per capita média dos programas de acordo com o conceito atribuído**

As figuras 9 e 10 mostram a distribuição da produção per capita dos programas segundo as notas do programa. No segundo gráfico fica evidente que há uma correspondência diretamente proporcional entre os valores médios da produção per capita e as notas dos programas. Na primeira figura em que o valor para cada programa é plotado, fica claro que embora a produção seja importante ela não foi o único critério considerado na atribuição das notas.

A figura 11 mostra a mesma tendência exibida na figura 10 agregando a informação da variação entre os programas. A maior variação observada entre os programas nota 7 deve-se ao fato de um deles apresentar produção extremamente mais alta que os demais, funcionando assim como valor aberrante no conjunto da distribuição.



**Figura 11: Variação entre a pontuação da produção dos programas com mesmas notas**

Em síntese, a área da Saúde Coletiva continua apresentando crescimento no número de programas, especialmente na modalidade profissional, crescimento este que tem reflexos no crescimento dos docentes permanentes e no número de teses e dissertações concluídas. Ao lado do crescimento, a área logrou no último triênio, maior desconcentração dos programas visto que foi possível criar programas no Mato Grosso do Sul e no DF, unidades anteriormente sem programas em Saúde Coletiva. Na região norte o crescimento continua lento com a criação de um programa no estado do Pará.

A formação de mestres e doutores aumentou no triênio e a produção intelectual dos programas cresceu em quantidade e qualidade.

Apenas dois programas foram descredenciados, um deles por não ter recebido alunos nos três anos do triênio avaliado e outro por ter apresentado pior desempenho em relação ao do triênio anterior. Os demais programas evoluíram ou mantiveram suas notas anteriores.



A área contava com oito programas de excelência (seis com nota 6 e dois com nota 7) no triênio anterior. Neste triênio onze programas foram considerados de excelência, dos quais sete receberam nota 6 e quatro receberam nota 7.

Para o triênio em curso o desafio da área será criar condições para a criação e o fortalecimento de programas nas unidades da federação em que ainda não há programas.

## ANEXO

### Programas com respectivos nota e nível

Área de Avaliação	Código PPG	Programa	IES	Nível	Nota 2013
SAÚDE COLETIVA	33115028001P0	SAÚDE COLETIVA	CRH/SES-SP	F	3
SAÚDE COLETIVA	33019010012P4	SAÚDE COLETIVA	FCMSCSP	F	5
SAÚDE COLETIVA	31010016024P0	EPIDEMIOLOGIA EM SAÚDE PÚBLICA	FIOCRUZ	F	5
SAÚDE COLETIVA	31010016019P6	EPIDEMIOLOGIA EM SAÚDE PÚBLICA	FIOCRUZ	MD	6
SAÚDE COLETIVA	31010016014P4	SAÚDE DA CRIANÇA E DA MULHER	FIOCRUZ	F	5
SAÚDE COLETIVA	31010016005P5	SAÚDE DA CRIANÇA E DA MULHER	FIOCRUZ	MD	5
SAÚDE COLETIVA	31010016027P9	SAÚDE DA FAMÍLIA	FIOCRUZ	F	3
SAÚDE COLETIVA	31010016012P1	SAÚDE PÚBLICA	FIOCRUZ	F	5
SAÚDE COLETIVA	31010016002P6	SAÚDE PÚBLICA	FIOCRUZ	MD	6
SAÚDE COLETIVA	31010016015P0	SAÚDE PÚBLICA E MEIO AMBIENTE	FIOCRUZ	MD	6
SAÚDE COLETIVA	25025015001P6	MULTIPROFISSIONAL PARA FORTALECIMENTO E QUALIFICAÇÃO DO SUS	FPS	F	3
SAÚDE COLETIVA	33160015001P1	GESTÃO DE TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM SAÚDE	IEP	F	3
SAÚDE COLETIVA	25005014002P9	AVALIAÇÃO EM SAÚDE	IMIP	F	4
SAÚDE COLETIVA	25007017002P1	SAÚDE PÚBLICA	NESC/CPqAM	F	4
SAÚDE COLETIVA	25007017001P5	SAÚDE PÚBLICA	NESC/CPqAM	MD	4
SAÚDE COLETIVA	22003010021P2	SAÚDE COLETIVA - UECE - UFC	UECE	D	4
SAÚDE COLETIVA	22003010004P0	SAÚDE PÚBLICA	UECE	M	4
SAÚDE COLETIVA	28002016014P6	SAÚDE COLETIVA	UEFS	F	3
SAÚDE COLETIVA	28002016004P0	SAÚDE COLETIVA	UEFS	M	4
SAÚDE COLETIVA	40002012036P4	GESTÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE	UEL	F	3
SAÚDE COLETIVA	40002012008P0	SAÚDE COLETIVA	UEL	MD	4
SAÚDE COLETIVA	24004014009P4	SAÚDE PÚBLICA	UEPB	M	3
SAÚDE COLETIVA	31004016042P1	SAÚDE COLETIVA	UERJ	F	4



Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
Diretoria de Avaliação



SAÚDE COLETIVA	31004016004P2	SAÚDE COLETIVA	UERJ	MD	7
SAÚDE COLETIVA	11001011005P3	SAÚDE COLETIVA	UFAC	M	4
SAÚDE COLETIVA	28001010060P5	SAÚDE, AMBIENTE E TRABALHO	UFBA	M	3
SAÚDE COLETIVA	28001010051P6	SAÚDE COLETIVA	UFBA	F	5
SAÚDE COLETIVA	28001010013P7	SAÚDE COLETIVA	UFBA	MD	7
SAÚDE COLETIVA	22001018025P5	SAÚDE PÚBLICA	UFC	M	4
SAÚDE COLETIVA	30001013018P1	SAÚDE COLETIVA	UFES	MD	5
SAÚDE COLETIVA	31003010061P3	SAÚDE COLETIVA	UFF	M	3
SAÚDE COLETIVA	52001016046P7	SAÚDE COLETIVA	UFG	F	3
SAÚDE COLETIVA	32005016021P3	SAÚDE COLETIVA	UFJF	M	4
SAÚDE COLETIVA	20001010015P4	SAÚDE COLETIVA	UFMA	MD	4
SAÚDE COLETIVA	32001010090P0	PROMOÇÃO DE SAÚDE E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA	UFMG	F	3
SAÚDE COLETIVA	32001010045P4	SAÚDE PÚBLICA	UFMG	MD	6
SAÚDE COLETIVA	50001019010P7	SAUDE COLETIVA	UFMT	M	4
SAÚDE COLETIVA	25001019074P4	INTEGRADO EM SAÚDE COLETIVA	UFPE	M	3
SAÚDE COLETIVA	42003016011P3	EPIDEMIOLOGIA	UFPEL	MD	7
SAÚDE COLETIVA	42003016029P0	SAÚDE PÚBLICA BASEADA EM EVIDÊNCIA	UFPEL	F	3
SAÚDE COLETIVA	42001013103P2	ENSINO NA SAÚDE	UFRGS	F	3
SAÚDE COLETIVA	42001013094P3	EPIDEMIOLOGIA	UFRGS	F	5
SAÚDE COLETIVA	42001013074P2	EPIDEMIOLOGIA	UFRGS	MD	6
SAÚDE COLETIVA	42001013104P9	SAÚDE COLETIVA	UFRGS	M	3
SAÚDE COLETIVA	31001017141P0	BIOÉTICA, ÉTICA APLICADA E SAÚDE COLETIVA - FIOCRUZ/UFF/UERJ	UFRJ	MD	4
SAÚDE COLETIVA	31001017111P4	SAÚDE COLETIVA	UFRJ	MD	5
SAÚDE COLETIVA	41001010040P1	SAÚDE COLETIVA	UFSC	MD	5
SAÚDE COLETIVA	41001010084P9	SAÚDE MENTAL E ATENÇÃO PSICOSSOCIAL	UFSC	F	3
SAÚDE COLETIVA	33001014038P0	GESTÃO DA CLÍNICA	UFSCAR	F	3
SAÚDE COLETIVA	32010010008P0	ENSINO EM SAÚDE	UFVJM	F	3
SAÚDE COLETIVA	53001010092P5	SAÚDE COLETIVA	UNB	F	3
SAÚDE COLETIVA	53001010090P2	SAÚDE COLETIVA	UNB	MD	4
SAÚDE COLETIVA	31018017011P6	SAÚDE DA FAMÍLIA	UNESA	F	4
SAÚDE COLETIVA	33004064078P9	SAÚDE COLETIVA	UNESP/BOT	MD	4
SAÚDE COLETIVA	33003017058P4	SAÚDE COLETIVA	UNICAMP	MD	4
SAÚDE COLETIVA	33003017090P5	SAÚDE COLETIVA, POLÍTICAS E GESTÃO EM SAÚDE	UNICAMP	F	3



Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
Diretoria de Avaliação



SAÚDE COLETIVA	33009015067P1	SAÚDE COLETIVA	UNIFESP	MD	4
SAÚDE COLETIVA	22002014004P4	SAÚDE COLETIVA	UNIFOR	M	4
SAÚDE COLETIVA	33020019005P2	SAÚDE COLETIVA	UNISANTOS	MD	4
SAÚDE COLETIVA	42007011012P5	SAÚDE COLETIVA	UNISINOS	MD	4
SAÚDE COLETIVA	33002010066P0	MEDICINA (MEDICINA PREVENTIVA)	USP	MD	7
SAÚDE COLETIVA	33002010199P0	NUTRIÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA	USP	MD	6
SAÚDE COLETIVA	33002010067P7	SAÚDE PÚBLICA	USP	MD	6
SAÚDE COLETIVA	33002029011P7	SAÚDE NA COMUNIDADE	USP/RP	MD	5